

V

As Causas Históricas

PARA DEFINIRMOS AS CAUSAS PROFUNDAS E ATUANTES da revolta estudantil, será necessário verificarmos se existem fatos novos, pertencentes à história recente, dos últimos trinta ou quarenta anos, que nos permitam explicar essa revolta e sua crescente importância política. Só a existência de fatos novos e realmente significativos que tenham afetado ou venham afetando de forma profunda o desenvolvimento histórico moderno podem oferecer uma explicação satisfatória para a revolta estudantil. Ou melhor, só fatos novos, com essas características, podem justificar que se atribua à revolta estudantil um significado maior do que a simples baderna, do que a conhecida estudantada.

Ora, a posição que tomamos a respeito é radical. Nossa hipótese é a de que a revolução de nosso tempo é estudantil. Que o movimento estudantil alcançou em quase todo o mundo, e concomitantemente, uma dimensão revolucionária nova, que o transforma no principal gérmen das transformações políticas e sociais que estão por acontecer. E nossa posição é essa exatamente porque vemos na história recente alguns fatos novos altamente significativos que se transformaram nas causas básicas da revolta estudantil.

Estes fatos novos estão todos interligados dentro da ampla perspectiva histórica em que nos estamos colocando.

Em primeiro lugar temos a revolução na educação, que teve início no começo deste século, e ganhou decisivo impulso nos anos trinta e quarenta. Falamos aqui em educação em seu sentido mais amplo e básico — na educação na família, e na escola primária e secundária —, na educação que vai influenciar mais profundamente a formação da personalidade do jovem universitário. Este século vem assistindo a uma revolução neste campo. Começou com o trabalho de alguns pioneiros, educadores e psicólogos, que já no começo deste século desenvolveram suas idéias novas. Nos últimos trinta anos, porém, e particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o problema saiu do âmbito da pura discussão acadêmica para o da divulgação inclusive jornalística e, em seguida ou concomitantemente, para a prática nas escolas e nas famílias.

Este tema é fascinante. Já foi objeto de livros e livros e sê-lo-á ainda no futuro. Para nós, que não somos especialistas na matéria, cabe apenas, no âmbito deste trabalho, definir as linhas básicas desta revolução na educação a que estamos nos referindo, e verificar quais as suas implicações políticas, especialmente no que diz respeito à transformação do estudante em um poder revolucionário.

Em um nível de abstração bastante elevado, de forma a ficarmos apenas com as características essenciais desta transformação, podemos dizer que a revolução na educação deste século tem por fundamento a crítica da educação tradicional, que era baseada na autoridade (do pai ou do mestre) e na disciplina, e a proposta de um novo sistema de educação, baseado na responsabilidade e na liberdade (da criança e do jovem).

A revolução da educação, portanto, substituiu autoridade por responsabilidade, disciplina por liberdade. A. S. Neill, cuja experiência educacional em *Summerhill* tornou-se célebre em todo o mundo, resume em algumas palavras o sentido dessa revolução na educação:

«Durante muitos anos eu havia lecionado em escolas comuns. Conhecia bastante a outra fórmula. Sabia que era inteiramente errada. Errada por se basear em uma concepção adulta do que a criança deveria ser e de como a criança deveria aprender. A outra fórmula datava dos dias em que a psicologia ainda era ciência desconhecida.

Bem: resolvemos fazer uma escola na qual daríamos às crianças a liberdade de serem elas próprias. Para fazer isso tivemos que renunciar inteiramente à disciplina, à direção, à sugestão, ao treinamento moral e à instrução religiosa... A função da criança é viver sua própria vida, não a vida que seus pais, angustiados, pensam que elas devem levar, nem a que está de acordo com os propósitos de um educador que imagina saber o melhor. Toda interferência e orientação por parte dos adultos só produz uma geração de robôs.»⁸

A posição de Neill é radical. Não pretendemos que a revolução na educação, na prática, tenha alcançado esta profundidade. Mas esse radicalismo mostra bem o conflito com o sistema tradicional de educação que está contido nos conceitos modernos de educação.

Esta nova concepção de educação foi proposta por psicólogos e educadores em nome do aperfeiçoamento da educação. Entendendo a educação como um processo integrado de formação da personalidade, foi-lhe fácil concluir que a educação tradicional estava errada, que não era possível basear a educação na disciplina férrea, mantida a força de ameaças, palmadas e palmatórias. Muito mais racional, e certamente muito mais capaz de dar resultados, seria uma educação que partisse do respeito pela personalidade da criança, de forma que esta, usando de sua liberdade com responsabilidade, participasse ativa e criadoramente de sua própria educação. Além da força racional de seus argumentos, porém, a nova educação tinha a seu favor o fato de que encontrava um ambiente favorável no processo de desintegração da família patriarcal e de todos os seus sistemas de poder tradicional a que o mundo vem assistindo, desde a revolução industrial.

Este é um fenômeno por demais conhecido, de forma que não nos estenderemos a seu respeito. É sabido que,

⁸ NEILL, A. S., *Liberdade sem Medo* (Summerhill), São Paulo, Ibrasa, 1967 (primeira edição em inglês: 1960), pp. 4 e 11.

à medida que a tecnologia moderna, introduzida através da industrialização, toma conta de uma sociedade tradicional, ocorre um processo racionalizador, em que o poder patriarcal e, de um modo geral, todos os tipos de poder tradicionais, perdem substância. O racionalismo da sociedade industrial é essencialmente desmitizador. Destrói qualquer poder que não tenha base racional. Além disso toda a estrutura econômica e social em que estava baseado o poder tradicional do pai (e, por delegação deste, do mestre) se desintegra, agravando ainda mais a crise do poder tradicional do pai.

A revolução da educação encontrava, portanto, não só argumentos teóricos válidos, mas também um ambiente favorável, na dissolução da família patriarcal. O resultado é que obteve rapidamente divulgação. Não ficou apenas na teoria; em alguns anos transformou-se em prática. Já nos anos quarenta era comum lermos nos jornais e nas revistas populares artigos e reportagens sobre a nova educação, sobre os novos métodos de educar os filhos com base na responsabilidade e no treinamento independente. Essa educação devia ser integrada, compreendendo inclusive a educação sexual. E surgiam as «receitas caseiras» do tipo: não transformar a criança em «saco de pancada», não frustrar desnecessariamente a criança, quando for preciso dizer não à criança, explicar por que, não mentir para a criança, não subestimá-la, não estimular fantasias, etc. Esse receituário simples e lógico, difundido por todos os meios de comunicações em massa, inclusive pela televisão no pós-guerra, vulgarizado, tinha necessariamente que influenciar a educação ministrada por pais e mestres. Especialmente da classe média para cima, não creio que tenha havido, depois do pós-guerra, um pai ou um professor que não tenha sido objeto da pregação dos novos educadores. Além disso, em um campo mais restrito, mas que tende a se estender cada vez mais, começaram a surgir as «escolas experimentais», desde o nível das escolas maternais até o ginásio e o colégio. Nessas escolas, professores treinados no método Montessori e em outros métodos na mesma linha de idéias, revolucionavam a

educação de forma mais científica e deliberada, obtendo de seus alunos uma participação no processo educacional muito mais ativa.

Os estudantes que hoje chegam à universidade — significativamente o único estágio do ensino que praticamente não foi atingido por essa revolução na educação — são fruto dessa revolução educacional (primeiro fato novo) somada a esse processo de desintegração do poder patriarcal (segundo fato novo).*

As conseqüências desses dois fatos novos sobre os jovens são evidentes. O estudante, educado nestas novas bases, é muito mais livre em relação a seus pais e mestres. Formado em um clima de liberdade e independência, o qual, embora ainda decididamente incompleto e mal formulado, já contrasta profundamente com o clima de disciplina e opressão que os homens, hoje com mais de trinta ou quarenta anos, em geral conheceram; o estudante possui uma visão do mundo própria e uma liberdade de ação muito maior.

A compreensão incompleta e geralmente deformada da nova educação que geralmente caracteriza a posição de pais e mestres não contradiz nossa tese. Pelo contrário, fortalece-a. Muitas vezes pais e mestres oferecem apenas uma falsa ou uma meia liberdade, substituindo, por exemplo, a ameaça pela manipulação e a exploração sentimental. Este tipo de hipocrisia, porém, tem o efeito de apenas transformar a liberdade dos jovens mais rapidamente em revolta, já que não há mais condições objetivas para o exercício da autoridade tradicional.

Os valores dos pais e mestres só são aceitos pelos filhos e alunos depois de passarem pelo crivo de sua crítica, geralmente tão impiedosa, quanto é generoso o

* Deve-se abreviar que a desintegração do poder patriarcal não é fenômeno tão novo. Na Inglaterra a revolução industrial teve início a cerca de 200 anos. Não obstante, creio ser válido afirmar que, nas sociedades européias altamente estruturadas em que a revolução industrial primeiro ocorreu, apenas neste século o processo de dissolução do sistema patriarcal causado pela industrialização entrou em fase crítica.

seu idealismo. Além disso, a dissolução da família tradicional torna os laços familiares menos fortes. Perdem inclusive grande parte de sua base econômica, conservando apenas seu sentido afetivo. O resultado importantíssimo, do ponto de vista político, desses dois fatores (independência do filho, dissolução da família patriarcal) é que a solidariedade de classe do filho é profundamente minada. O filho, fruto de uma educação mais livre e de uma família em que a autoridade do pai foi grandemente diminuída, reduz grandemente sua identificação política com a classe social da família.

Não se trata, evidentemente, de um rompimento total. Isto seria impossível. Os condicionamentos de classe são muito profundos para serem inteiramente rompidos. Essa redução da identificação de classe pode ser, inclusive, provisória. Passado o período estudantil ela poderá voltar. Mas, enquanto o estudante ainda não está comprometido com o seu trabalho e com a família que ele vai constituir, sua independência em relação aos interesses e valores de sua classe é incomparavelmente maior do que a do estudante de há alguns anos atrás, ainda educado segundo a fórmula tradicional, e pertencente a uma família em que os componentes patriarcais ainda subsistiam. Esta independência em relação à sua classe pode ser menos pronunciada em setores menores, como o dos hábitos de consumo, a forma de se vestir, ou menos racionalizados, como o da moral sexual ou do conjunto de crenças morais sobre as relações familiares.

No setor político-econômico, porém, é mais fácil para o jovem perceber o caráter subalterno e egoísta das posições de sua própria classe social, seja ela a pequena, a média ou a alta burguesia (sabemos que existe também um número crescente de estudantes universitários provenientes da classe operária; examinaremos o problema mais adiante). No setor político, a discussão é aberta, a crítica à estrutura vigente, seja ela qual for (inclusive capitalista ou socialista) é constante, alternativas, ainda que imprecisas, são oferecidas ao jovem. Facilmente o estudante percebe as contradições existentes entre certos valores gerais que lhe são ensinados —

liberdade, justiça, igualdade, bem-estar para todos — e racionalizações políticas realizadas em torno desses valores por sua própria classe social. E daí surge a revolta. O estudante, porém, não perceberia tão facilmente essas contradições, nem teria condições de reagir contra elas como vem fazendo, não fosse a revolução na educação e a desintegração da família patriarcal.

Além destas duas causas básicas da revolta estudantil, uma terceira (e portanto um terceiro fato novo, dentro dessa perspectiva histórica em que estamos nos colocando) deve ser citada: a crise do racionalismo em que a civilização ocidental se acha mergulhada, desde aproximadamente o começo deste século. Podemos mesmo dizer que a grande crise do mundo moderno é a crise da racionalidade.

Seremos também extremamente breves na análise deste problema, que tem sido o centro de todo pensamento filosófico do século XX. Em síntese, o que se pode afirmar a respeito é o seguinte. Até a Renascença, a civilização ocidental teve a tradição e a religião como ponto de referência básico para seus valores e crenças fundamentais. Todo comportamento individual e social era pautado pela tradição e pela religião. As normas tradicionais de comportamento eram sacralizadas pela religião, a qual também tinha como função controlar o desconhecido, o mistério, explicando-o em termos de crença religiosa. Em um mundo deste tipo era possível constituir-se um sistema de valores e crenças integrados e coerentes. A partir da Renascença a religião e a tradição entraram em crise. Uma nova deusa, porém, surgia, para substituí-las e transformar-se no critério básico de todo comportamento: a razão. O mundo moderno, a partir de Descartes, Bacon, Galileu, define-se como o mundo do racionalismo, o mundo da crença na razão e na ciência. As primeiras manifestações ocorrem nos séculos XVI e XVII, e no século XVIII ele tem seu grande momento

com iluminismo e a Revolução Francesa. No século XIX alcança o auge, com o enorme desenvolvimento da ciência, que produz a crença de tudo resolver e tudo conhecer através da própria ciência. O positivismo é uma excelente ilustração desse ponto de vista. Dentro desse quadro, também, era possível conceber-se um sistema de valores e crenças relativamente integrado e corrente, segundo os princípios do racionalismo.

A partir deste século, porém, percebeu-se que aquela crença absoluta na razão era ingênua, excessivamente otimista. E a partir desse momento o racionalismo entrou em crise, crise esta que caracterizaria todo o mundo contemporâneo. Conforme observa Fritz Pappenheim,

«a parte do mundo conhecida como civilização ocidental está sofrendo há muito tempo de uma crise interna. A atual inclinação para o niilismo nada mais é que uma nova expressão do espírito de dúvida que se seguiu à predominância da crença — crença na grandeza do homem, na ilimitação do progresso e na soberania da razão — característica dos séculos XVIII e XIX.»¹⁰

Na verdade, usando de um nível de abstração bastante elevado, cremos ser correto afirmar que, no campo das idéias filosóficas, a característica essencial do nosso século é a crise do racionalismo, é a decadência de crença absoluta na razão. O existencialismo, que é sem dúvida uma das correntes filosóficas mais expressivas deste século, é um fruto evidente desta crise. O racionalismo caracterizava-se, em geral, pela separação entre o sujeito e o objeto. O existencialismo insurge-se contra esse isolamento em que o homem foi colocado pelo racionalismo que o transformou em uma espécie de mecanismo abstrato com capacidade de conhecer. Em lugar dessa visão simplista, o existencialismo torna o homem em sua totalidade, não como uma essência abstrata («homem é um animal racional»), mas como um ser que, apesar de todas as suas limitações, define-se pela sua liberdade e pela responsabilidade dela decorrente. Essa

¹⁰ PAPPENHEIM, Fritz, *Alienação do Homem Moderno* (tradução do original inglês: *The Alienation of Modern Man*), São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 1.

responsabilidade, essa obrigação de ser livre, entra em conflito com o fato de que o homem está alienado da realidade, é um sujeito separado do objeto, não tem mais uma «verdade» satisfatória. E o resultado desse conflito é a angústia, característica central da filosofia existencialista e do homem alienado dos nossos dias, que perdeu, inicialmente, a crença em Deus e na tradição, e em seguida na razão.

Muitos fatores contribuíram para esta crise. No campo das idéias, inicialmente Marx e depois Freud assestaram golpes decisivos no racionalismo. Ambos nasceram sob a égide do racionalismo e suas obras estão profundamente marcadas por esse racionalismo. Marx, porém, foi o responsável por um primeiro e decisivo rombo na estrutura racionalista ao demonstrar o condicionamento histórico de todo pensamento, a dependência que os valores e as crenças, inclusive as crenças científicas, mantêm em relação ao momento histórico, ao estágio do desenvolvimento tecnológico e às relações de produção existentes. Freud, ao mostrar o caráter racionalizador, ao invés de racional, do comportamento humano, procurando justificar suas ações e suas «verdades» em função de seu subconsciente, completou a crítica marxista, dando-lhe uma nova dimensão.

Além de ataques desse tipo, o racionalismo também sofria, paradoxalmente, devido ao próprio desenvolvimento das ciências. Estas, e especialmente as ciências físico-matemáticas, continuavam a experimentar êxitos espetaculares. À medida em que esses êxitos ocorriam, porém, duas coisas ficavam patentes. Por um lado, quanto mais se conhecia, mais se verificava quão pouco era esse conhecimento. Por outro lado, o extraordinário desenvolvimento de ciências como a física ou a biologia, não ajudavam, a não ser muito indiretamente, a resolver os problemas sociais e pessoais dos homens. Era natural, pois, que aquela crença ingênua, messiânica, na razão, entrasse em crise.

No campo dos fatos, porém, talvez mais do que no das idéias, o racionalismo sofria duros golpes. Depois de dois séculos de império do racionalismo, a irracio-

nalidade das guerras, dos preconceitos, da desigualdade, da miséria, continuava em plena ordem do dia. Em outras palavras, o mundo permanecia irracional. A crença em uma lei e uma ordem natural, de base racional, que fora uma das bases do racionalismo e de sua expressão política mais típica, o liberalismo, caíam por terra. Tornava-se assim difícil, em um mundo ilógico, manter incólume a crença no racionalismo.

Esta crise do racionalismo não se limitou, naturalmente, a atingir uns poucos filósofos e intelectuais. Estes, naturalmente, foram mais diretamente atingidos. Além disso, apenas eles foram capazes de identificá-la e verbalizá-la. A crise, porém, atingiu a todos. E o homem moderno é tipicamente fruto desta crise. Seus valores e crenças não têm mais a segurança e a firmeza de quem tinha a tradição, a religião ou a razão como bases. Vivemos em um mundo de dúvida. Não se trata, porém, da dúvida cartesiana que, afinal, não passava de um expediente para negar a tradição e a religião como fontes de conhecimento, e substituí-las pela razão, que sanaria todas as dúvidas. A dúvida do nosso tempo é muito mais profunda e angustiante. É a dúvida sobre a própria razão, sobre a existência de uma verdade fora de nós. O homem contemporâneo está sempre pronto para criticar e negar. Afirmar, porém, ele o faz com imensa dificuldade, com enormes ressalvas, com constantes pontos de interrogação. Nenhum valor é tranqüilo, pacífico. Nenhuma crença é certa. Não há mais critérios absolutos para guiar o homem. A arte moderna, desde a pintura abstrata e a *pop-art* até o teatro do absurdo e o cinema godardiano, refletem bem este estado de espírito.

O reflexo desta crise sobre a revolta estudantil é claro. Pais e mestres perderam a oportunidade de transmitir sua mensagem aos filhos e discípulos não apenas devido à revolução na educação no sentido da independência e da responsabilidade (primeiro fato histórico novo), e à desintegração da família e da sociedade tradicional, dentro da qual a autoridade possuía bases sólidas (segundo fato histórico novo), mas também porque,

em face à crise do racionalismo (terceiro fato histórico novo), eles não têm mais uma mensagem precisa e definida a transmitir. E assim a confusão e a dúvida dos mais velhos, que não conseguem mais estruturas de forma aceitável para eles mesmos, suas idéias a respeito do mundo e muito menos logram justificar esse mundo perante os jovens — vêm reforçar a independência e a revolta estudantil.

O quarto fato novo, da maior importância, que propomos como causa da revolta estudantil é o extraordinário crescimento do número de estudantes ocorrido no pós-guerra e conseqüente massificação da classe estudantil. Tem-se falado muito, nos últimos anos, no problema da explosão populacional. Esta explosão de fato vem ocorrendo, à medida em que diminui rapidamente a taxa de mortalidade, sem que a taxa de natalidade decresça proporcionalmente. Mais violenta, porém, do que a explosão populacional vem sendo o que, por analogia, poderíamos chamar de explosão estudantil. Este crescimento extraordinário do número de estudantes secundários e principalmente universitários — que são os que mais nos interessam neste estudo, embora o estudante secundário, do ciclo colegial pelo menos, não deva ser excluído — foi sem dúvida causado em parte pelo crescimento mais rápido da população.

A explosão estudantil, porém, ocorreu em um ritmo muito mais rápido do que a taxa de crescimento da população. O grande desenvolvimento tecnológico por que tem passado o mundo determinou uma procura muito maior de pessoal com educação superior pelas empresas. Estas, também por imposição do progresso tecnológico, perdiam suas feições tradicionais e familiares, e se abriam para administradores e técnicos de alto nível. Dessa forma, por parte das empresas, não só o desenvolvimento técnico tornava necessário um número crescente de pessoas com nível superior, como também estas se abriam

aos técnicos, se burocratizavam e profissionalizavam à medida que cresciam. Por outro lado, por parte das famílias e dos próprios jovens, ficava cada vez mais evidente que a via de mobilidade social por excelência para um jovem era a educação superior. Em um mundo altamente técnico não era mais possível, via de regra, ter êxito sem uma educação superior. Finalmente, por parte dos governos verificava-se um crescente apoio ao desenvolvimento da educação à medida que se verificava a extrema importância desta para o desenvolvimento econômico. Desta forma verificou-se em todo o mundo, especialmente a partir do fim da II Guerra Mundial, uma conjugação de interesses das famílias, das empresas e dos governos no sentido de desenvolver numericamente a educação superior. E o resultado foi esse extraordinário crescimento da população estudantil e particularmente universitária.

Esta explosão estudantil é por demais evidente para exigir comprovação. Nos Estados Unidos, atualmente, mais de quarenta por cento dos jovens passam pela universidade. No Brasil temos assistido a enorme crescimento numérico do ensino superior, não obstante a taxa de crescimento do número de vagas ainda seja insuficiente, bem inferior à da maioria dos países. Em 1935 existiam no Brasil 27.501 estudantes universitários; em 1965 já contávamos com 155.781 universitários. Em trinta anos, portanto, a população universitária brasileira aumentou em quase 6 vezes, contra um crescimento da população, nesse mesmo período, de aproximadamente duas vezes.

Na França, onde a revolta estudantil alcançou um grau de violência e efetividade inusitado, havia em 1945 123 mil estudantes universitários; hoje há 514 mil. O crescimento, portanto, foi de mais de 4 vezes. No mesmo período a população francesa crescia apenas de 40 para 50 milhões de habitantes. Nos Estados Unidos, o número de universitários passou de 1.400.000 em 1940 para 3.600.000 em 1960. Para 1970 prevê-se uma população universitária de 7 milhões.

As conseqüências desta explosão estudantil em relação à revolta estudantil foram duas. De um lado, o simples aumento numérico dos estudantes lhes aumentou o poder, lhes deu mais potencial revolucionário. Por ocasião da revolta estudantil de maio de 1968 na França era comum lermos nos jornais que vinte mil estudantes haviam realizado uma passeata ou levantado barricadas. E houve algumas manifestações com um número de participantes muito maior. Por outro lado, esta explosão estudantil implicou em um processo de massificação do estudante, especialmente na medida em que o diálogo com os mestres tornava-se não apenas difícil (como sempre fora), mas agora materialmente inviável. E não há dúvida de que a deficiência de comunicações vinha agravar de forma decisiva o conflito já existente.

Entre as conseqüências do crescimento extraordinário da população estudantil poderia ser acrescentado (além do aumento do poder e da supressão do diálogo) o fato de que um número crescente de estudantes procede das classes operárias. De fato isto vem ocorrendo, embora a classe média continue a ser de longe a classe majoritária entre os universitários. Não obstante, alguns analistas têm pretendido atribuir a revolta estudantil a este fato. Não compartilhamos desse ponto de vista. Já examinamos o processo de aburguesamento da classe operária. Difícilmente um operário que tenha conseguido colocar um filho na universidade será um revoltado. Pelo contrário, provavelmente será em média muito mais conservador do que um intelectual ou mesmo um profissional liberal que naturalmente também tem seu filho na universidade. Além disso, já examinamos o processo de relativa perda de identificação de classe que vem ocorrendo com os jovens de hoje. Não há, portanto, razão para tentarmos explicar a revolta estudantil em termos de eventual origem operária dos líderes estudantis. Ao que tudo indica, é exatamente o contrário que vem ocorrendo. Analisando a revolta dos estudantes da Universidade de Colúmbia, observa Nan Robertson, de *The New York Times*:

«Os ativistas são em geral brilhantes, predominando os judeus, geralmente procedentes de famílias influentes e de boa situação financeira, residentes nas grandes cidades ou na costa leste. A maioria frequenta cursos de Humanidades. Seus pais são da época da grande depressão da década dos 30 e sofreram muita insegurança quanto a dinheiro e possibilidades de trabalho, sendo alguns reduzidos à indigência. Muitos deles são atualmente bem sucedidos em suas profissões ou campos de criação. São pais condescendentes, com tendências políticas liberais ou esquerdistas.»¹¹

Pretender, portanto, explicar a revolta estudantil em termos do aumento do número de estudantes de origem operária não é aceitável. A massificação, esta sim, é uma causa da revolta estudantil, na medida em que aumentou o poder dos estudantes e dificultou ainda mais o possível diálogo entre os jovens e «os que têm mais do que trinta anos». E, embora a massificação esteja relacionada com esse maior número de estudantes provenientes das classes inferiores, já vimos que não só a classe operária perdeu quase totalmente seu vírus revolucionário, como também tudo indica que os movimentos estudantis são controlados por estudantes provenientes da classe média.

A título de hipótese, arriscaria mesmo em dizer que estes estudantes originam-se principalmente da classe média superior. Os líderes estudantis de Colúmbia seriam pois uma boa amostra do tipo de líder estudantil que vem abalando o mundo e ganhando as manchetes dos jornais. Esta hipótese nos parece boa, especialmente porque é tipicamente em famílias da classe média superior — cujos pais são geralmente profissionais liberais, professores, altos funcionários públicos, artistas bem sucedidos — que encontramos o tipo de educação e de valores anteriormente discutidos, que propiciam a revolta estudantil.

Finalmente, temos um quinto e último fato histórico novo que listamos entre as causas atuantes e profundas da

¹¹ Transcrito de *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1968.

revolta estudantil: o extraordinário desenvolvimento tecnológico ocorrido nos últimos anos. Na verdade, o desenvolvimento tecnológico começou a ganhar momento no mundo a partir da Revolução Industrial. Mas esse desenvolvimento foi ocorrendo em proporção geométrica, de forma que o volume ou a densidade de desenvolvimento tecnológico que ocorreu ou se acumulou nos últimos trinta ou quarenta anos é estritamente espantoso. Por isso podemos considerar o desenvolvimento tecnológico também como um fato novo. Desde que possa ser considerado uma causa da revolução estudantil, será portanto uma causa atuante dessa revolta.

Em que esse desenvolvimento tecnológico impressionante se relaciona com a revolta estudantil? Da maneira mais direta possível. Na verdade, podemos afirmar que é tal a importância do desenvolvimento tecnológico como causa da revolta estudantil que, a rigor, poderia ser considerada a única causa. As demais causas anteriormente examinadas — a revolução na educação, a deterioração da família patriarcal, a crise do racionalismo, e a massificação do estudante — são obviamente conseqüências diretas ou indiretas do desenvolvimento tecnológico. Citamo-las separadamente para que não ficássemos em um tal nível de abstração, que acabássemos não descrevendo e analisando de forma adequada o quadro da revolução estudantil.

Além de causa básica das causas anteriormente citadas, porém, o desenvolvimento tecnológico constituiu-se em causa direta da revolta estudantil na medida em que foi o responsável pelo surgimento da sociedade industrial moderna. Ora, como veremos mais adiante, a sociedade industrial moderna — e não o capitalismo ou o comunismo — é que será o objeto da crítica e da revolta estudantil. Deixamos, portanto, para mais adiante, quando examinarmos a ideologia da revolta estudantil, a análise das conseqüências do desenvolvimento tecnológico em termos de surgimento da sociedade industrial moderna. Veremos então, com mais clareza, como esse espantoso desenvolvimento tecnológico por que vem pas-

sando o mundo está no cerne da revolta estudantil e a faz ganhar em profundidade e significação.

Em resumo, depois de examinarmos o sentido eminentemente revolucionário da revolta estudantil, em contraste com o acomodamento dos operários, que chamamos de ex-revolucionários, vimos as causas falsas ou superficiais, as causas permanentes e as causas profundas e atuantes da revolta estudantil. Entre as causas falsas ou superficiais citamos as deficiências da estrutura universitária, a infiltração comunista, o aumento do número de estudantes provenientes da classe operária. Entre as causas permanentes ou condições da revolta estudantil, salientamos o idealismo do jovem, possível por ele ainda não estar comprometido com a estrutura vigente, seja qual for ela, e o fato de que o mundo continua a ser caracterizado mais pelas injustiças do que pela justiça, mais pela falta de liberdade ou pela falsa liberdade, do que pela liberdade, mais pela desigualdade do que pela igualdade de oportunidade, mais pela miséria do que pela abundância. Estas, porém, são causas permanentes ou condições da revolta estudantil, porque sempre existiram, enquanto que a revolta estudantil é um fenômeno recente. Examinamos então os fatos novos que propomos serem as causas atuantes e profundas da revolta estudantil: a revolução na educação, a desintegração da família patriarcal, a crise do racionalismo, a massificação estudantil e o desenvolvimento tecnológico em escala geométrica.

Estas causas, além de se constituírem em fatos novos, relativamente recentes na história universal, possuem uma profundidade, dizem respeito às próprias bases estruturais da sociedade em que vivemos, de forma que dão à revolta estudantil uma significação extraordinária. Em face às suas causas, a revolta estudantil ganha assim todo o seu sentido. Justifica-se que a denominemos a «revolução de nosso tempo».

Cabe agora perguntar: qual o sentido dessa revolução? E qual a sua viabilidade? E' apenas um gérmen revolucionário ou poderá realmente ganhar vigência, transformar-se em revolução de fato? Tentaremos, inicialmente, responder à primeira pergunta.